



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO BRASIL, DO NORTE E DO AMAPÁ, ENTRE 2012 E 2022:UMA BREVE REVISÃO

ARTIGO DE REVISÃO

CARVALHO, Suelen¹, FECURY, Amanda Alves², DENDASCK, Carla Viana³, OLIVEIRA, Euzébio de⁴, DIAS, Claudio Alberto Gellis de Mattos⁵

CARVALHO, Suelen. *et al.* **Educação profissional nas escolas estaduais do Brasil, do Norte e do Amapá, entre 2012 e 2022:uma breve revisão.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 03, pp. 99-120. Dezembro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/profissional-nas-escolas>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/profissional-nas-escolas

RESUMO

Os governos estaduais brasileiros são responsáveis em oferecer educação pública de nível médio, tanto formal quanto em EPT. O governo federal, entretanto, é o regulador principal das políticas públicas na educação, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O objetivo foi fazer uma revisão bibliográfica sobre a educação profissional nas escolas estaduais do Brasil, do Norte e do Amapá, entre 2012 e 2022. Ela foi realizada bases de dados de pesquisa como Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Mendeley – Reference Management Software, e Scientific Electronic Library Online – SciELO, entre 2012 e 2022. Utilizando os descritores selecionados foram encontrados 52.854 documentos científicos, dos quais 11 atenderam os requisitos e compõem esta revisão. O Governo Federal investiu na ampliação e expansão da EPT e a maioria dos Estados brasileiros solicitou esta assistência técnica e financeira. A fiscalização eficiente dos recursos financeiros repassados aos Estados é quase inexistente. Isso implica na descontinuidade das ações voltadas para o fortalecimento, ampliação e expansão da EPT nos estados e na atualização dos dados pelas Secretarias Estaduais de Educação no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). A EPT vai além de uma educação para fins mercadológicos. Na rede estadual ela precisa ser pública, política e de qualidade. É necessário, ter e fazer mais estudos e levantamentos a respeito para que se possa ter maior



número de dados consolidados a respeito, e assim aumentar a compreensão de como é a EPT nas redes de ensino estaduais do país.

Palavras-chave: EPT, Escola Estadual, Amapá, Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

A educação tem vários conceitos e significados. A educação formal, por exemplo, acontece dentro da escola através da relação entre o aluno e o professor. É neste local onde o estudante aprende o conteúdo explicado pelo docente. Isso resulta em um documento de certificação reconhecido pela sociedade que é necessário para exercer alguns trabalhos (LIBÂNEO, 2010).

A Educação Profissional é uma modalidade de ensino da educação básica (ensino fundamental e médio). A oferta é realizada através de cursos técnicos e também de Formação Inicial e Continuada (FIC), que pretendem desenvolver competências e habilidades para fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Este tipo de educação pode ser um caminho facilitador para obtenção de uma oportunidade de emprego, manutenção, ou recolocação no mercado de trabalho, bem como para inserção na vida em sociedade (REGO *et al.*, 2021).

A Constituição Federal afirma, em seus artigos 205 e 206, que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1988).

Como dever do Estado, os governos devem oferecer ensino público e de qualidade de forma gratuita a todos os cidadãos (BRASIL, 1988). Nesse cenário, surgem as escolas públicas da rede estadual de ensino, que recebem financiamento e investimento dos estados brasileiros. A obrigação dos estados com a educação



engloba o ensino fundamental I e II, o ensino médio e algumas escolas técnicas (BRASIL, 1996).

Em 26 de outubro de 2011 o Governo Federal, por meio da Lei 12.513, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Entre os objetivos destacam-se a expansão da educação profissional nas redes federal e estadual e a ampliação de cursos profissionalizantes (SOUZA, 2020).

A mesma lei, em seu artigo 4º, afirma que “[...] o Pronatec será desenvolvido por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras: [...] II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional” (BRASIL, 2011).

Para a expansão das redes estaduais de educação profissional o PRONATEC adotou, entre outras, ações de políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como, por exemplo, os programas Brasil Profissionalizado e o Mediotec (MEC, 2018).

O programa Brasil Profissionalizado, através de assistências financeiras aos Estados, tem como objetivo expandir, ampliar e modernizar as escolas das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, tornando mais acessível a oferta de cursos técnicos de nível médio (SILVA *et al.*, 2015; MEC, 2018b).

O programa Mediotec oferta cursos profissionalizantes juntamente com a formação do ensino médio com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso e a formação em EPT (MEC, 2018a).

Os governos estaduais brasileiros são responsáveis em ofertar educação pública de nível médio, tanto formal quanto em EPT. O governo federal, entretanto, é o regulador principal das políticas públicas na educação, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (VIANA e CASTIONI, 2017). Para isso o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), elaborou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Este serve como base para o



planejamento das ofertas de cursos pelas instituições de ensino de educação profissional técnica de nível médio (MEC, 2022).

O CNTC é atualizado periodicamente e, desde 2020, encontra-se em sua 4^a edição. Apresenta 13 eixos tecnológicos, divididos em 215 cursos, para oferta de cursos profissionalizantes para as redes de ensino (Quadro 1) (MEC, 2022).

Quadro 1 Mostra os quantitativos de cursos técnicos dentro dos eixos tecnológicos presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)

QUANTITATIVO DE CURSOS TÉCNICOS	EIXOS
3	Segurança
6	Produção Alimentícia
7	Turismo, Hospitalidade e Lazer
8	Informação e Comunicação
12	Desenvolvimento Educacional e Social
14	Recursos Naturais
16	Infraestrutura
17	Gestão e Negócios
20	Produção Industrial
24	Militar
26	Controle e Processos de Saúde
31	Ambiente e Saúde
31	Produção Cultural e Design

Fonte: MEC (2022).

A SETEC também elaborou o Guia Pronatec de cursos FIC, que é um documento norteador para a escolha dos cursos, que está na 4^a edição (aprovado pela portaria



Nº 12 de 03 maio de 2016). Contém 12 eixos tecnológicos divididos em 646 cursos. (Quadro 2) (MEC, 2016).

Quadro 2 Mostra os quantitativos de cursos técnicos dentro dos eixos tecnológicos presentes no Guia Pronatec de Cursos FIC

QUANTITATIVO DE CURSOS TÉCNICOS	EIXOS
5	Segurança
39	Produção Alimentícia
31	Turismo, Hospitalidade e Lazer
20	Informação e Comunicação
32	Desenvolvimento Educacional e Social
62	Recursos Naturais
124	Infraestrutura
41	Gestão e Negócios
109	Produção Industrial
97	Controle e Processos Industriais
48	Ambiente e Saúde
38	Produção Cultural e Design

Fonte: (MEC, 2016).

O Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), criado em 2009 pela SETEC, tem como função divulgar os dados da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. As instituições de ensino que oferecem a EPT precisam inserir dados (o número de alunos matriculados, os cursos oferecidos, as frequências em aula e o número de alunos concluintes) para que este sistema possa ter indicadores confiáveis sobre a EPT brasileira. Pelo SISTEC também é possível fazer a validação dos diplomas de cursos técnicos e profissionalizantes (MACHADO, 2019).



Na rede estadual de ensino do Amapá, norte do Brasil, é possível saber, via SISTEC, o quantitativo de escolas que oferecem (ou ofereciam) vagas para a área de EPT (Quadro 3).

Quadro 3 Mostra os quantitativos de escolas estaduais do Amapá que oferecem (ou ofereciam) vagas para a área de EPT, segundo o SISTEC

QUANTITATIVO DE ESCOLAS ESTADUAIS DO AMAPÁ	QUANTIDADE DE ESCOLAS QUE AINDA OFERECEM TURMAS EM EPT	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ
1	sem oferta	Laranjal do Jari
10	4 ainda ofertam	Macapá
2	sem oferta	Mazagão
1	sem oferta	Oiapoque
1	sem oferta	Pedra Branca
4	2 ainda ofertam	Santana

Fonte: SISTEC (2022).

Em outubro de 2019 a SETEC lançou o Programa Novos caminhos, que tem como objetivos o aumento da oferta de cursos FIC (e de qualificação profissional), investimentos nas construções (reformas e ampliações das escolas estaduais que ofertam os cursos de EPT), e melhoria na qualidade do ensino médio. A meta é aumentar, até o ano de 2023, em 80% o número de matrículas em cursos técnicos profissionalizantes (MEC, 2021; IFSULDEMINAS, 2022; SOUZA, 2022).

No Amapá, o programa Novos Caminhos foi iniciado em 2021, com o lançamento do Edital 01/2021 com vagas para cursos Técnicos e cursos FIC (SEED, 2021).

A educação profissional almeja formar estudantes para além do mercado de trabalho, utilizando uma educação omnilateral, ou seja, educando para vida; em uma formação pautada nos valores e atitudes, éticas e morais, dentro da sociedade.



Os estudantes, então, são formados como sujeitos críticos e criativos, fazendo parte da construção de uma educação emancipadora (VIANA *et al.*, 2020).

OBJETIVO

Fazer uma revisão bibliográfica sobre a educação profissional nas escolas estaduais do Brasil, do Norte e do Amapá, entre 2012 e 2022.

MÉTODO

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre educação profissional nas escolas estaduais do Brasil, em língua portuguesa, em bases de dados de pesquisa como Google Acadêmico, Periódicos CAPES, *Mendeley – Reference Management Software*, e *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, entre 2012 e 2022. Para tal utilizou-se as palavras-chave (ou descritores) “Educação profissional e escolas estaduais”, “ETEC no Brasil”, “Educação estadual e educação profissional”, “Escolas estaduais e educação profissional”, “Educação profissional na rede estadual”. Isso possibilita que a revisão seja feita baseada nas mais atualizadas produções acadêmicas (CAPES, 2012).

Foram utilizados, como critérios de inclusão, artigos com conteúdo que unia educação profissional nas escolas estaduais do Brasil com educação, ensino e/ou Educação Profissional e Tecnológica (EPT), dentro do período limite da revisão. Foram excluídos artigos que não atendiam a esse conteúdo e/ou período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 4 mostra a quantidade de artigos encontrados e utilizados, de acordo com cada descritor, e seus respectivos autores e anos.

No descritor “Educação profissional e escolas estaduais” foram encontrados no Google Acadêmico 15.100 artigos sendo utilizados para análise 2 artigos, um sobre



as políticas públicas para a EPT na rede Estadual e o outro sobre as políticas de expansão da educação profissional nas escolas públicas estaduais.

No descritor “ETEC no Brasil” encontrou-se no Google Acadêmico 7.120 artigos dos quais analisou-se 2 artigos, um sobre as políticas públicas para educação profissional nas escolas públicas estaduais e o outro sobre as experiências diferenciadas da educação profissional nas escolas públicas estaduais.

No descritor “Educação estadual e educação profissional” foram encontrados no Google Acadêmico 28.000 artigos onde efetuou-se análise em 2 artigos sobre as políticas de expansão da educação profissional nas escolas públicas estaduais.

No descritor “Escolas estaduais e educação profissional” foram encontrados nos Periódicos Capes 1.652 artigos sendo que destes utilizou-se para o desenvolvimento desta pesquisa 2 artigos sobre o papel da instituição de ensino na educação profissional nas escolas públicas estaduais.

No descritor “Educação profissional na rede estadual” foram encontrados no Mendeley, 958 artigos e utilizou-se 2 artigos, um sobre as experiências diferenciadas da educação profissional nas escolas públicas estaduais e o outro sobre as políticas de expansão da educação profissional nas escolas públicas estaduais e no Scielo foram encontrados 24 artigos e utilizado 1 artigo sobre as políticas de expansão da educação profissional nas escolas públicas estaduais.



Quadro 4 Quantidade de artigos encontrados e utilizados, de acordo com cada descritor, e seus respectivos autores e anos

BASE DE DADOS	DESCRITOR	NÚMERO ARTIGOS ENCONTRADOS	NÚMERO ARTIGOS UTILIZADOS	AUTOR, ANO DOS ARTIGOS UTILIZADOS
GOOGLE ACADÊMICO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLAS ESTADUAIS	15.100	2	(LIMA, 2014)
	ETEC NO BRASIL			(MACHADO; VELTEN, 2013)
	EDUCAÇÃO ESTADUAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	7.120	2	(XEREZ; COSTA; SANTOS, 2017)
				(COSTA; TONELO, 2016)
	ESCOLAS ESTADUAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	28.000	2	(SILVA; NASCIMENTO; RAMOS, 2020)
				(SANTOS; MUTIM, 2018)
PERIÓDICOS CAPES	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL	1.652	2	(MARQUES; SOUSA, 2014)
MENDELEY				(SILVA; LIMA; SILVA, 2018)
SCIELO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE ESTADUAL	958	2	(GOIS, 2019)
		24	1	(CASTIONI, 2018)
				(OLIVEIRA; SILVA, 2019)

Fonte: Pesquisa nos bancos de dados online.

Os resultados e conclusões dos artigos sobre políticas públicas para educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor e ano de cada artigo, aparecem na tabela 1.

Os artigos mostram que no Estado do Ceará as políticas públicas para educação profissional nas escolas públicas estaduais possibilitaram a ampliação da EPT. Esta ampliação resultou no aumento do número de escolas, vagas ofertadas e alunos matriculados no ensino técnico. Porém, não refletiu na melhoria da qualidade de ensino que sofreu com a falta de professores da área técnica, a falta de infraestrutura adequada para o ensino profissionalizante e qualificação e/ou formação continuada para os profissionais atuantes nas escolas de EPT.



Tabela 1 Resultados e conclusões dos artigos sobre políticas públicas para educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor e ano de cada artigo

(AUTOR, ANO)	TIPO DE MÉTODO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
(LIMA, 2014)	Pesquisa Bibliográfica e qualitativa	De 2008 a 2013, no estado do Ceará, ocorreu um aumento no número de alunos matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. A ampliação rápida das EEEPs trouxe algumas implicações para a melhoria da qualidade de ensino como Falta de Professores técnicos; Falta de Laboratórios técnicos; Estrutura física inadequada para EEEP; Falta de cursos para Formação de professores conhecerem o que é como e atuar na EEEP.	A política pública educacional de ampliação de Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP no Ceará foi positiva no aspecto quantitativo de vagas/alunos matriculados. Mas, no aspecto qualitativo é necessário a melhoria da infraestrutura das escolas e capacitações aos profissionais das EEEP.
(XEREZ; COSTA; FERREIRA, 2017)	Pesquisa documental e bibliográfica	A integração da educação profissional ao ensino médio nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP no Ceará é feita na modalidade integrada e em tempo integral. A Secretaria de educação do Ceará (SEDUC-CE) ofereceu a formação profissional de nível médio integrada, com aumento de escolas e o número de matrículas (seis vezes maior) entre 2008 e 2012. Existem três estruturas de escolas para educação profissional no Ceará: Básicas, Liceus e Padrão – MEC (Ministério da Educação).	Ao longo dos anos houve o aumento do número de escolas e alunos matriculados na EEEP no Ceará. No entanto, a implantação e expansão dessas escolas não garantiu uma educação voltada para o desenvolvimento pleno e de socialização dos alunos. Entretanto, proporcionou o desenvolvimento de uma educação/qualificação voltada para a inserção no mercado de trabalho.

Fonte: (LIMA, 2014; XEREZ et al., 2017).

Com o objetivo de qualificar os alunos do ensino médio da rede estadual para o mercado de trabalho, o Estado do Ceará, com os recursos financeiros provindos do PBP (Programa Brasil Profissionalizado), implanta as EEEP (Escolas Estaduais de Educação Profissional), ofertando o Ensino médio integrado à Educação Profissional em tempo integral. Por ser uma modalidade de ensino nova no Estado, a procura por vagas nesta modalidade de ensino foi grande. Por este motivo, e como cumprimento de um dos objetivos do PBP de expandir a educação profissional no país, foi necessário ampliar, reformar e construir escolas para atender a demanda (LEITE e ANDRADE, 2019; SANTOS, 2021).

Do lançamento do PBP à concretização dos convênios entre o MEC, o FNDE e o Estado do Ceará para implementar o Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do estado do Ceará (PIEPT), transcorreram apenas 08 meses para o início das matrículas nas EEEP (RIBEIRO et al., 2020). Foi necessário a construção de um novo currículo, com a proposta de oferecer uma formação integral aos estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento



pleno da cidadania (MELO, 2021). Na prática, entretanto, evidenciou-se que o interesse na educação profissional tinha um cunho mercadológico assumido pela escola pública cearense ao adotar parâmetros empresariais (RIBEIRO *et al.*, 2020). E isto, refletiu na qualidade de ensino. Com a implementação rápida das EEEP, não houve um diálogo com a comunidade escolar onde as escolas seriam implantadas. Por exemplo, quais cursos técnicos gostariam que fosse implementado nas escolas; de quais cursos técnicos o entorno daquela comunidade precisaria para se qualificar enquanto mão de obra. No quadro docente notou-se a falta de professores efetivos que suprissem a demanda das escolas, bem como professores com o conhecimento técnico-profissionalizante nas mais variadas disciplinas pertencentes à nova matriz curricular referente a EPT. Também a precarização do trabalho dos professores com a falta de materiais adequados e cursos de formação para compreenderem o que é e como funciona a educação profissional (CAVALCANTI e ANDRADE, 2021; RIBEIRO *et al.*, 2022).

A implantação das EEEP no estado do Ceará foi, então, marcada por contradições. Enquanto o governo utilizava os recursos financeiros, provenientes do PBP, na infraestrutura das instituições de ensino, pouco ou quase nada fez no aspecto pedagógico, para garantir que a nova matriz curricular das EEEP estivesse organizada e condizente com a realidade dos alunos, da comunidade e mercado de trabalho. Assim como a falta de realização de concursos para as contratações de professores da área técnico-profissionalizante e a falta de investimentos na formação continuada dos professores efetivos, para dessa forma garantir a oferta de uma EPT de qualidade (MACHADO e FERREIRA, 2020).

Artigos sobre políticas de expansão da educação profissional nas escolas públicas estaduais, contendo método, autor e ano de cada artigo, bem como seus resultados e conclusões aparecem na tabela 2.

Eles mostram que as ações de políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica, como os Programas Brasil Profissionalizado e PRONATEC do



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

NÚCLEO DO
CONHECIMENTO

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO
CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

Governo Federal têm em comum o objetivo de expandir e ampliar a EPT na Rede Estadual. Estes programas contribuíram significativamente para o aumento do número de criações/reformas de escolas, números de vagas e número de alunos matriculados nos cursos técnicos profissionalizantes das escolas estaduais do País, cumprindo assim com os seus objetivos.

O Programa Brasil Profissionalizado tem também por finalidade financiar a EPT na Rede Estadual do País e essa ação de distribuição de recursos financeiros acabou gerando uma dependência financeira da maioria dos Estados.



Tabela 2 Resultados e conclusões dos artigos sobre políticas de expansão da educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor, e ano de cada artigo

(AUTOR, ANO)	TIPO DE MÉTODO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
(SILVA; NASCIMENTO; RAMOS, 2020)	Pesquisa Bibliográfica e qualitativa	A adesão do Programa Brasil Profissionalizado (PBP) pelo Estado do Rio Grande do Norte, possibilitou a reforma e/ou ampliação 53 escolas de ensino médio, a oferta de cursos técnicos e a construção de 10 Centros Estaduais de Educação Profissional - CEEP. Foi feita a aquisição de equipamentos, mobiliários e acervo bibliográfico para todas as 53 escolas e CEEP e a realização de formação continuada para gestores e professores. A Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte registrou, em 2017, um total de 3.116 matrículas na educação profissional, representando um aumento de 348,35% em relação ao total do ano de 2016 (695 matrículas); em 2018 e em 2019, foram computadas 5.136 e 7.057 matrículas, respectivamente.	O PBP contribuiu decisivamente para a expansão da educação profissional na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e cumpriu o objetivo de modernizar e expandir a educação profissional na Rede Estadual. A permanência dos estudantes na educação profissional depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade de ensino em equipamentos, em ampliação do espaço físico, na qualificação permanente dos professores. O aumento das matrículas entre 2017 e 2019 apontam para a perspectiva da consolidação dessa oferta educacional na Rede Estadual.
(SANTOS, MUTIM, 2018)	Pesquisa bibliográfica, documental e campo	Com os recursos do Programa Brasil Profissionalizado (PBP) o Estado da Bahia ampliou a oferta de vagas para a educação profissional. Em 2006 eram 4.016 alunos matriculados na educação profissional distribuídos em 22 municípios e 15 cursos técnicos. Em 2014 eram 70.758 alunos matriculados na educação profissional distribuídos em 123 municípios e 84 cursos técnicos.	Dois aspectos são relevantes na expansão da educação profissional no Estado da Bahia. O primeiro foi a ampliação da oferta de vagas, ou seja, a sua interiorização para o alcance de todos os territórios baianos. O segundo envolve a distribuição das matrículas que foram feitas através da educação profissional integrada, projea e Pronatec. A ampliação de número de matriculados nos cursos oferecidos pela educação profissional atende o objetivo do Programa Brasil profissionalizado de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos.
(MACHADO; VELTEN, 2013)	Pesquisa bibliográfica e documental	A colaboração federativa depende da vontade política dos estados federados de compartilhar as propostas de políticas educacionais. Algumas das políticas de colaboração no campo educacional para fortalecer e expandir a EPT nos estados são: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Projea), Programa Brasil Profissionalizado, Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – E-Tec Brasil e Rede E-Tec Brasil; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Programa Mulheres mil.	As ações do governo federal no campo das políticas de EPT apresentam saldo positivo. Levam à ampliação, reestruturação e interiorização da rede federal, e ao alongamento e melhoria de infraestrutura e qualificação de recursos pedagógicos de algumas redes estaduais. A questão do financiamento apresenta a grande vulnerabilidade da estratégia baseada em regime de colaboração. Os estados, em sua grande maioria, são muito dependentes dos recursos advindos dos programas do governo federal.
(OLIVEIRA; SILVA, 2019)	Pesquisa documental, bibliográfica e empírica.	No ano de 2012 o Estado de Mato Grosso do Sul passa a implementar e contar com os recursos financeiros do Pronatec na Rede Estadual de Ensino. Em 2010 tinham 2.118 alunos matriculados na educação profissional da Rede Estadual de Ensino; em 2011 aumentou para 3.575; em 2012 aumentou para 4.895; em 2013 aumentou para 7.626, em 2014 aumentou para 7.722 e em 2015 diminuiu para 7.023. Esses dados, mostram que, mesmo antes da utilização dos recursos do Pronatec, a Rede Estadual de Educação MS promoveu uma expansão de matrículas na educação profissional de 68,79% no período de 2010 para 2011. Com os recursos financeiros adquiridos do Pronatec, o número de alunos matriculados na educação profissional cresceu 11,6% no período de 2011 a 2014 e declinou 9,05 % no período de 2014 para 2015.	Os números de matrículas na educação profissional da Rede Estadual de Ensino/MS apontam que os recursos financeiros proporcionado pelo Pronatec, contribuiu para o aumento do número de alunos matriculados na educação profissional no período de 2012 a 2014. Entretanto, em 2015, o Pronatec deixou de ter relevância significativa no financiamento da educação profissional devido aos cortes no orçamento do programa. Esse fato obrigou o governo do estado de MS a ter que financiar, com recursos próprios, os cursos que vinham sendo financiadas pelo Pronatec, para minimizar o impacto na oferta de vagas de cursos técnicos na Rede Estadual de Ensino/MS.
(CASTIONI, 2018)	Pesquisa documental	Através do Programa Brasil Profissionalizado (PBP), a educação profissional totalizou o número 70.355 matrículas em todo o Brasil, sendo que 45% estavam concentradas nas regiões Norte e Nordeste. As ações de Educação Profissional no Acre foram desenvolvidas por meio do Instituto Dom Bosco. Os cursos profissionalizantes oferecidos neste Estado foram na área de serviços e comércio. No ano de 2011 o Acre passou a ofertar pelo PRONATEC dois tipos de cursos: concomitante interno e concomitante externo. De 2012 a 2016 a partir da criação do PRONATEC, mais de 3 mil obras (criação de escolas, reformas e ampliações de escolas) para educação profissional foram feitas no Brasil. O Estado da Bahia, concentrou o maior número de obras, foram 357. Em 2018 no Estado da Bahia tinha 33 centros territoriais de Educação Profissional, 38 centros de Educação Profissional e 92 escolas de Ensino Médio que ofertavam a educação profissional e estes resultados transformaram o Estado da Bahia na 2ª maior rede de EPT do país.	A oferta de Educação profissional no Estado do Acre foi baixa em relação ao Estado da Bahia. No Acre a oferta dos cursos técnicos foi na área de serviços e comércios e estes cursos não atendiam a necessidade da comunidade local. Foram criados por estarem relacionados a ideia de baixo custo e fácil execução. Na Bahia a oferta dos cursos técnicos foi feita de maneira diversificada objetivando consolidar e ampliar a oferta de Educação Profissional no estado, em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Buscou oportunizar uma formação que promovesse uma maior participação dos seus egressos na vida social e no mundo do trabalho no Estado.

Fonte:(MACHADO e VELTEN, 2013; CASTIONI, 2018; SANTOS e MUTIM, 2018; OLIVEIRA, 2019; SILVA et al., 2020).



O Governo Federal criou programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, voltados para a expansão e fortalecimento da EPT e para as ações de políticas públicas educacionais. O objetivo era fortalecer o crescimento econômico do país, suprir a falta de mão de obra qualificada e diminuir o número de desempregados. Entre os programas destacam-se o PBP (Programa Brasil Profissionalizado) e o PRONATEC. Foram implantados na maioria dos estados brasileiros, e atingiram o maior número de alunos matriculados durante suas execuções (CARVALHO, 2019; MACHADO e FERREIRA, 2020).

Como o PBP articulava o ensino médio à educação profissional de forma integrada, e à possibilidade de oferta em tempo integral com duração de 03 anos (mesmo tempo de duração do ensino médio regular), a procura por esta modalidade de ensino cresceu. Os estudantes vislumbraram a possibilidade de concluir o ensino médio articulado com a formação do curso técnico, e assim se inserir no mercado de trabalho. O PRONATEC articulava a oferta da educação profissional através de cursos concomitantes (cursa o ensino médio regular em uma escola e o curso técnico em outra), subsequentes (para quem concluiu o ensino médio) e os cursos FIC (para quem possuía apenas o ensino fundamental ou o ensino médio completo). Estes dois programas foram criados como forma de garantir a expansão e a melhoria da qualidade da EPT na rede estadual de ensino, promovendo a inserção/ou a permanência no mercado de trabalho (LIMA *et al.*, 2018; MACHADO e FERREIRA, 2020; SILVA e MOURA, 2022).

Os estados brasileiros, para aderirem e receberem os recursos financeiros do PBP (vinculado ao plano de metas - compromisso todos pela educação) deveriam, por meio de um termo de compromisso, criar uma proposta de adesão com a descrição detalhada do projeto pedagógico, o orçamento, e o cronograma de atividades para a expansão e ampliação da EPT (BRASIL, 2007; MACHADO e FERREIRA, 2020).

Do valor solicitado e aprovado no PBP, 99% eram repassados aos governos estaduais, que deveriam entrar com a contrapartida de 1% do recurso. Os recursos



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

NÚCLEO DO
CONHECIMENTO

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO
CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

provados pelo PBP para os Estados não têm uma fiscalização rigorosa por parte do governo federal para verificar se eles estão sendo aplicados para os fins destinados. Esta falta de fiscalização gerou obras inacabadas e desvios de recursos em alguns estados (PAZOLINI e LIMA, 2021; SILVA e MOURA, 2022).

A Tabela 3 mostra os resultados e conclusões dos artigos sobre experiências diferenciadas da educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor e ano de cada artigo.

As experiências diferenciadas da educação profissional nas escolas públicas estaduais se tornam exitosas quando é feito um estudo, levantamento social e econômico do público que receberá a EPT. A exemplo das escolas estaduais do Estado do Paraná, que fizeram primeiro a investigação do público e a localidade para definir quais cursos técnicos ofertar para qualificar a população e fortalecer o desenvolvimento econômico da região.

Na Escola Técnica Estadual Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM de São Paulo os cursos técnicos ofertados visam uma formação humana integral, para o desenvolvimento pleno na vida em sociedade e no mercado de trabalho.



Tabela 3 Resultados e conclusões dos artigos sobre experiências diferenciadas da educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor e ano de cada artigo

AUTOR E ANO	TIPO DE MÉTODO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
(COSTA; TONELO, 2016)	Pesquisa exploratória	A ETEC CEPAM tem uma infraestrutura e equipamentos que estão acima dos presenciados nas escolas públicas brasileiras. As diretrizes pedagógicas possuem valores comprometidos com o altruismo, a autonomia didático-pedagógica, o respeito às diversidades, a inovação, a cooperação e a colaboração entre todos os envolvidos no processo educativo. Em práticas profissionais o aluno tem papel ativo na construção do conhecimento através de trabalhos em grupo que possibilitem pesquisar, entender e interagir com problemas simples e complexos da sociedade.	Os cursos oferecidos pela ETEC CEPAM, são públicos e gratuitos e oferecidos com uma infraestrutura de qualidade (notebook, lousa digital, internet, um prédio moderno e conservado). Prezi por uma educação integral e não meramente tecnicista. A metodologia de ensino adotada é baseada na resolução de problemas de componentes de práticas profissionais, visando a formação crítica do aluno para saber como agir na resolução de problemas na escola, no trabalho e na sociedade.
(GOIS, 2020)	Pesquisa bibliográfica e documental	No 1º semestre de 2019 foram oferecidas 26.800 vagas em 54 cursos técnicos e curso de formação docente, em 183 municípios do Estado do Paraná, totalizando 351 estabelecimentos de ensino. São oferecidos cursos profissionalizantes divididos em 10 eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial e Recursos Naturais.	Os cursos técnicos oferecidos nas escolas estaduais do Paraná, dependem da necessidade econômica da região que a escola está localizada. Ou seja, existe a influência do fator econômico na oferta dos cursos técnicos. No Estado do Paraná os cursos técnicos de nível médio, abrangem a maioria dos setores da economia (cultura, turismo, indústria, comércio, saúde, agropecuário, entre outros), sendo importante para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Fonte:(COSTA e TONELO, 2016; GOIS, 2020).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem por finalidade a qualificação de mão de obra para atender o mercado de trabalho e a sociedade (MEC, 2018c). Para ter êxito é necessário que a formação na EPT seja humanística e integral para preparar sujeitos críticos, inovadores, criativos e competentes socioemocionalmente (REGO *et al.*, 2021; FERREIRA *et al.*, 2022).

Para formar alunos proativos é necessária uma prática pedagógica que estimule a reflexão, autonomia e criatividade para a construção do conhecimento. O aluno deve ser o construtor e não apenas o receptor do conhecimento. A sala de aula deve ser um espaço que estimule o ensino e aprendizagem através de atividades que estimulem a percepção, avaliação, reflexão, criação e solução de problemas. O professor tem o papel de ser o intermediador deste processo de aprendizagem (SILVA *et al.*, 2018b).

No Estado do Paraná a EPT foi oferecida articulando o conhecimento teórico e o conhecimento prático atendendo as necessidades da economia local, para suprir a



carência e necessidade de mão de obra qualificada, estimulando o protagonismo dos alunos através da construção e não da mera transmissão de conhecimentos (LOPES e DA SILVA, 2021).

No Centro Paula Souza no Estado de São Paulo, o currículo da EPT é elaborado com propostas pedagógicas que objetivam o ensino voltado para a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento cognitivo, tecnológico, cultural e artístico dos alunos. Os professores são capacitados para estimular os alunos a desenvolverem habilidades e competências de acordo com o curso técnico profissionalizante no qual estão inseridos. Nesse sentido, o professor é considerado um mediador do conhecimento oportunizando o conhecimento teórico e prático levando em consideração as vivências e potencialidades dos alunos (GUERRA, 2021).

Professores que utilizam metodologias educativas diferenciadas, como desafios e situações-problema com conteúdo que possibilitem a vinculação da teoria com a prática da futura profissão, conseguem estimular a participação de forma ativa dos alunos nas aulas. Estas práticas pedagógicas são consideradas motivadoras pelos alunos por possibilitarem a ruptura da aula convencional (quadro e pincel), os levando ao desenvolvimento do pensamento crítico e participativo nas aulas (SILVA et al., 2018b).

Os resultados e conclusões dos artigos sobre o papel da instituição de ensino na educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor e ano de cada artigo estão na tabela 4.

O papel da instituição de ensino na educação profissional nas escolas públicas estaduais é proporcionar uma educação omnilateral, que fortaleça a emancipação, a autonomia, o desenvolvimento das dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural, além da preparação e qualificação para o mercado de trabalho.



Tabela 4 Resultados e conclusões dos artigos sobre o papel da instituição de ensino na educação profissional nas escolas públicas estaduais, com método, autor e ano de cada artigo

(AUTOR, ANO)	TIPO DE MÉTODO	RESULTADOS	CONCLUSÃO
(SILVA; LIMA; SILVA, 2018)	Pesquisa bibliográfica e empírica	Através dos Programas Brasil Profissionalizado e PRONATEC as escolas estaduais expandiram e melhoraram a qualidade da oferta da Educação Profissional integrada ao ensino médio.	As escolas são compreendidas, por serem locais de construção e reconstrução das relações sociais e políticas, como espaços favoráveis para concentração de políticas públicas que visam minimizar as desigualdades sociais.
(MARQUES; SOUSA, 2014)	Pesquisa bibliográfica	A EPT está associada a uma sociedade capitalista em que se busca a escola para uma qualificação para o mercado de trabalho como forma de ascensão social. Formando sujeitos críticos e não participativos.	É necessário garantir uma escola unitária gramsciana que propõe um tipo de educação para além do imediatismo do mercado laboral que garante aos estudantes uma formação integral.

Fonte: (MARQUES e SOUSA, 2014; SILVA et al., 2018).

A criação do Programa Brasil Profissionalizado (PBP), ocorreu em um momento de crescimento econômico do País, objetivando estimular a ampliação da Educação Profissional na rede de ensino estadual. Tinha como proposta uma formação politécnica (articulando o ensino médio à Educação Profissional), atendendo a necessidade de formar mão de obra qualificada e a preparação para o exercício da cidadania (PAZOLINI e LIMA, 2021).

A Educação Profissional pública tem o papel de ser gratuita com uma formação emancipadora e integral, e tem como prática educativa a ação de transformação da realidade dos alunos enquanto agentes trabalhadores e sociais. Por isso, não pode ser rotulada como uma educação centrada apenas para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho (CARVALHO, 2019).

O papel da formação integral nas escolas de Educação Profissional é o de estimular os alunos a serem seres participativos, reflexivos, críticos e autônomos. A formação integral significa ir além do capital e do mercado de trabalho, preparando o discente para a vida. É formar alunos que possam ter autonomia sobre sua vida pessoal e familiar, que saibam empreender (construindo e gerando renda) e que tenham interação cívica e social (SILVA et al., 2018b).



CONCLUSÕES

O Governo Federal, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira investiu na ampliação e expansão da EPT. A maioria dos Estados brasileiros solicitou a assistência técnica e financeira do Governo Federal para investirem na EPT de seus estados. Constatou-se que o Governo Federal, não faz uma fiscalização eficiente dos recursos financeiros repassados aos Estados e isto traz como consequências a má utilização desses recursos. Outra situação é que o financiamento da Educação Profissional decorre, principalmente, dos recursos financeiros do Governo Federal e não Estadual, o que por vezes implica na descontinuidade das ações voltadas para o fortalecimento, ampliação e expansão da EPT nos estados. Há também a falta da inserção de dados atualizados pelas Secretarias Estaduais de Educação no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

A EPT não pode ser descrita apenas como desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho. Ela vai além de uma educação para fins mercadológicos. A EPT na rede estadual precisa ser pública, politécnica e de qualidade, capaz de garantir aos alunos a inserção no mercado de trabalho, numa perspectiva de emancipação e autonomia. Deve ser voltada para uma formação integral com metodologias de ensino que envolvam a participação ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, no qual eles sejam instigados a desenvolver e construir o senso crítico.

Destaca-se que pouco se encontra sobre artigos, publicações que trate sobre a EPT na rede estadual. É necessário, ter e fazer mais estudos e levantamentos a respeito para que se possa ter maior número de dados consolidados a respeito, e assim aumentar a compreensão de como é a EPT nas redes de ensino estaduais do país.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília DF: Casa Civil 1988.

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília DF: Casa_Civil 1996.

_____. DECRETO Nº 6.302, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007. Brasília DF, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm >. Acesso em: 16 nov 2022.

_____. LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Brasília DF, 2011. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm >. Acesso em: 10 ago 2022.

CAPES. Treinamento no uso do Portal de Periódicos. Brasília DF, 2012. Disponível em: < <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/portal-capes.pdf> >. Acesso em: 12 julho 2022.

CARVALHO, Á. B. D. **Políticas Públicas para Educação Profissional no Brasil: Uma Análise Sobre a Concepção, Execução e Gestão do PRONATEC no Âmbito da Bolsa-Formação (2011-2018).** 2019. 251p. (Doutorado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão SE.

CASTIONI, R. Programa Brasil Profissionalizado: A Oferta De Cursos Técnicos Na Bahia E No Acre. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 67-82, 2018.

CAVALCANTI, R. R.; ANDRADE, F. R. B. A Flexibilização Das Relações De Trabalho Docente No Ensino Médio Integrado À Educação Profissional Do Ceará: Uma Análise Sob A Ótica De Professores(As) Temporários(As) In: ANDRADE, F. R. B. e FERREIRA, H. P. (Ed.). **Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar.** Brasília DF: ANPAE, 2021. p.93-102.

COSTA, A. G.; TONELO, D. ETEC CEPAM: Modelo de ensino técnico nas áreas governamental e social no Brasil. **Simetria**, v. 1, n. 1, p. 32–40, 2016. Disponível em: < <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/article/view/89> >.

FERREIRA, R. B. et al. Competências socioemocionais em publicações em educação nos últimos cinco anos: uma breve revisão. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, p. 131-145, 2022. Disponível em: < <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/publicacoes-em-educacao> >.



GOIS, E. H. D. B. Panorama Dos Cursos Profissionalizantes De Nível Médio Presencial Da Rede Estadual De Ensino Do Estado Do Paraná. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, p. 1-8, 2020. Disponível em: < <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8818> >.

GUERRA, L. Perspectivas sobre inclusão no Centro Paula Souza: caminhos da arte para a educação básica e educação profissional tecnológica. In: PINTO, L.; PALINHOS, J., et al (Ed.). **Arte Inclusiva? Quem Inclui Quem?** Porto PT: CEAA/ESAP-CESAP, v.95-108, 2021.

IFSULDEMINAS. O que é o programa - Novos Caminhos. Pouso Alegre MG, 2022. Disponível em: < <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/paginacionovos-caminhos/o-que-e-o-programa> >. Acesso em: 12 set. 2022.

LEITE, M. C. D. S. R.; ANDRADE, F. R. B. ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO: ANÁLISES E TENSÕES PÓS LEI 9394/1996. . **e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ)**, v. 8, n. 19, p. 132-146, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** . São Paulo SP: Cortez, 2010. 107p.

LIMA, A. L. B. **Escolas estaduais de educação profissional: a experiência de ensino médio integrado à educação profissional no Ceará a partir de 2008.** 2014. 156p. (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora MG.

LIMA, M. et al. PRONATEC: Para Que e Para Quem? **HOLOS**, v. 8, p. 183–201, 2018.

LOPES, H. A.; DA SILVA, A. L. Desafios Para A Implantação De Um Curso EPT/EJA Nno IFPR – Campus Umuarama. **Educere et Educare**, v. 16, n. 40, p. 83–110, 2021.

MACHADO, C. T.; FERREIRA, L. S. Políticas De Gestão E Financiamento Da Educação Profissional E Tecnológica No Brasil: uma análise das matrículas no Censo Escolar/INEP e a sua relação com os programas Brasil Profissionalizado e Pronatec. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 3, p. 93-113, 2020.

MACHADO, F. L. Censo escolar e Sistec: as mais importantes bases de coleta de dados para a EPT. **Revista De Gestão E Avaliação Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1–8, 2019.



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

NÚCLEO DO CONHECIMENTO

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

MACHADO, L. R. D. S.; VELTEN, M. J. Cooperação e colaboração federativas na educação profissional e tecnológica. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1113-1133 2013.

MARQUES, D. L.; SOUSA, A. D. A. A Proposta De Formação Das Escolas Estaduais De Educação Profissional No Ceará: Uma Análise À Luz Da Escola Unitária Gramsciana. **Revista Labor**, v. 1, n. 12, p. 88-108, 2014.

MEC. Guia PRONATEC de Cursos FIC. Brasília DF, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 31 ago 2022.

_____. PRONATEC. Brasília DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 14 jul 2022.

_____. Rede e-Tec Brasil. Brasília DF, 2018a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>>. Acesso em: 14 jul 2022.

_____. Programa Brasil Profissionalizado. Brasília DF, 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-profissionalizado>>. Acesso em: 17 ago 2022.

_____. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Brasília DF, 2018c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>>. Acesso em: 23 nov 2022.

_____. Novos Caminhos. Brasília DF, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/novos-caminhos>>. Acesso em: 12 set. 2022.

_____. **CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS**. Brasília DF: Ministério da Educação 2022.

MELO, M. A. D. A Proposta Pedagógica Das Escolas Estaduais De Educação Profissional do Estado Do Ceará, Sob A Ótica Dos Estudantes In: BEZERRA, F. R. e FERREIRA, H. P. (Ed.). **Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar**. Brasília DF: ANPAE, 2021. p.51-64.

OLIVEIRA, A. D. S., CELEIDA MARIA COSTA DE SOUZA. . A Meta 11 do PNE 2014-2024 e o Pronatec: resultados na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2015). **Interações**, v. 20, n. 2, p. 357–368, 2019. Disponível em: <<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1741>>.



PAZOLINI, M.; LIMA, M. Programa Brasil Profissionalizado no Espírito Santo: Cenário do Legado Para a Educação Profissional Estadual. **Humanidades e inovações**, v. 8, n. 53, p. 55-69, 2021.

REGO, F. A. D.; ROSAS, I. R. D. C.; PRADOS, R. M. N. Educação profissional e tecnológica como alternativa de acesso ao mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 14585-14596, 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24536>>.

RIBEIRO, E. C. D. N. *et al.* Altas Habilidades no Ensino EPT e Regular: Uma Revisão dos Últimos Cinco Anos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 4, p. 111-130, 2022. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/habilidades-no-ensino>>.

RIBEIRO, E. C. D. S. *et al.* A Educação Profissional No Ceará Sob A Crítica Marxista: História, Política E Especificidades **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 2, p. 1809-3876, 2020.

SANTOS, A. O. C.; MUTIM, A. L. B. Educação profissional integrada na rede pública estadual da Bahia: a experiência do centro territorial da região Metropolitana de Salvador/BA. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 256-275, 2018.

SANTOS, M. S. F. D. Reflexões Sobre A Política De Educação Profissional E As Escolas Estaduais De Educação Profissional Do Ceará No Período De 2008 A 2020 In: ANDRADE, F. R. B. e FERREIRA, H. P. (Ed.). **Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar**. Brasília DF: ANPAE, 2021. p.38-50.

SEED. EDITAL Nº 01/2021 – PSS PROFESSOR NOVOS CAMINHOS TEC/FIC-SEED/AP. Macapá AP, 2021. Disponível em: <<http://processoseletivo.ap.gov.br/download.php?arquivo=7011>>. Acesso em: 12 ago 2022.

SILVA, D. D. M.; MOURA, D. H. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educ. Pesqui.**, v. 48, p. 1-20, 2022.

SILVA, F. N.; LIMA, E. R. S.; SILVA, L. L. S. Cenários Históricos Da Oferta De Educação Profissional Pelo Brasil Profissionalizado Nas Escolas Estaduais De Mossoró/RN. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 15, p. 1-12, 2018. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7276>>.

SILVA, F. N. D. *et al.* Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica: Programa Brasil Profissionalizado. **Revista LABOR**, v. 2, n. 14, p. 120-133, 2015.



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

NÚCLEO DO CONHECIMENTO

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO

CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

SILVA, J. M. N.; NASCIMENTO, S. M. N.; RAMOS, M. C. P. A Educação Profissional Na Rede Estadual Do Rio Grande Do Norte: Em Busca Da Consolidação. **HOLOS**, v. 4, p. 1–17, 2020. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10053>>.

SILVA, R. F. D.; SOUZA, S. C. D.; LIMA, M. F. M. D. Papel Das Metodologias Ativas Na Formação Humana Integral Na Educação Profissional E Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, p. 80-91, 2018b.

SISTEC. Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastradas no MEC. Brasília DF, 2022. Disponível em: <<https://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>>. Acesso em: 30 ago 2022.

SOUZA, F. R. Relação entre a reforma do ensino médio e o programa novos caminhos: a retomada de velhas direções para a educação técnica no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, p. 39866-39887, 2022.

SOUZA, V. A. D. **O PRONATEC no sistema de ensino brasileiro: estudo de caso no Instituto Federal de Goiás, nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia**. 2020. 140p. (Doutorado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia GO.

VIANA, C. F. D. M.; CASTIONI, R. Programa Brasil Profissionalizado: coordenação federativa, formulação e implementação da política nacional de expansão das redes estaduais de educação profissional. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 10, n. 19, p. 129-163, 2017.

VIANA, V. N.; DENDASCK, C. V.; DIAS, C. A. G. M. Valores e Atitudes. In: VIANA, V. N. e DIAS, C. A. G. M. (Ed.). **Educação física e EPT**. São Paulo: Centro de Pesquisa, v.1, 2020. cap. 3, p.24-36.

XEREZ, A. S. P.; COSTA, F. J. F.; SANTOS, J. D. G. D. Educação profissional integrada ao nível médio no Ceará: reformas e contradições. **Educ. Form.**, v. 2, n. 4, p. 204–223, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/130>>.



Enviado: Dezembro, 2022.

Aprovado: Dezembro, 2022.

¹ Pedagoga, Filósofa, Professora e pesquisadora do Instituto de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Amapá (IFAP), Discente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT IFAP).

² Biomédica, Doutora em Doenças Tropicais, Professora e pesquisadora do Curso de Medicina do Campus Macapá, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde (PPGCS UNIFAP), Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

³ Doutorado em Psicologia e Psicanálise Clínica. Doutorado em andamento em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestrado em Psicanálise Clínica. Graduação em Ciências Biológicas. Graduação em Teologia. Atua há mais de 15 anos com Metodologia Científica (Método de Pesquisa) na Orientação de Produção Científica de Mestrados e Doutorandos. Especialista em Pesquisas de Mercado e Pesquisas voltadas a área da Saúde.

⁴ Biólogo, Doutor em Doenças Tropicais, Professor e pesquisador do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁵ Biólogo, Doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Professor e pesquisador do Instituto de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Amapá (IFAP), do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT IFAP) e do Programa de Pós Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede BIONORTE (PPG-BIONORTE), polo Amapá.